William den Boer - Armínio e Sua Visão da Escritura

- Imprimir

Categoria: William den Boer
Publicado: Quinta, 19 Março 2015 23:39
Acessos: 1351

A cognoscibilidade da justiça de Deus está intimamente ligada à visão de Armínio da Escritura, o que intimamente está correlacionada com o seu intelectualismo (cf. mais adiante). A resposta de Armínio aos dez axiomas (*axiomata*) de Perkins em seu "Exame do planfleto do Dr. Perkins" (*Examen Perkinsiani*) claramente ilustra isso. Ele nega que estes axiomas sejam geralmente aceitos e que podem ser atribuídos ao estado obscurecido da mente como resultado do pecado, e prossegue sua crítica de modo enérgico. Dois desses assim chamados axiomas o levam ao desenvolvimento de sua visão da justiça de Deus. Já em conexão com o primeiro axioma, Armínio enfatiza que o princípio de que todas as ações de Deus são justas não nos permite atribuir algo a ele que possa ser injusto de acordo com os padrões humanos.**[1]** O quinto axioma trata dos julgamentos de Deus, que da mesma forma certamente são justos. Entretanto, Armínio adverte que não podemos atribuir qualquer coisa aos julgamentos de Deus que não seja encontrado nas Escrituras, ou que seja incompatível com a sua justiça.**[2]** Que a preocupação constante de Armínio aqui é com a relação de Deus com o pecado fica claro das observações que ele faz sobre a maioria dos outros axiomas, os quais tratam tais questões como a presciência de Deus da queda no pecado como ocasião *(occasio)* para o decreto de enviar Cristo ao mundo, permissão *(permissio),* concurso *(concursus),* e as ações de Deus de acordo com o modo (*modus*) do livre-arbítrio.**[3]**

Os decretos de Deus não podem conflitar com a sua justiça como ela é revelada nas Escrituras. Os decretos de Deus não se tornam irrepreensíveis meramente quando os *chamamos* de justos. Antes, devemos ser capazes de mostrar que um decreto que atribuímos a Deus realmente é seu. Se esse é realmente o caso, sua justiça é inquestionável.**[4]**

A visão de Armínio das Escrituras é de grande importância a este respeito. Isso é claro de várias passagens onde ele identifica a Escritura como o padrão pelo qual tudo que pode e deve ser dito sobre a justiça de Deus precisa ser medido. Para Armínio, uma das características básicas da teologia é que ela é adaptada aos limites da compreensão humana. Isso implica que devemos nos voltar para a Bíblia, para a revelação,**[5]** em busca de conhecimento de Deus, e que esta revelação é adaptada à compreensão humana.**[6]** A própria teologia se baseia nas Escrituras, e ambas se destinam a ser compreendidas pela limitada capacidade do intelecto humano, e são assim adaptadas a ele. Isto implica, por exemplo, que "verdades eternas" como as da lógica humana podem ser aplicadas a nossa reflexão sobre a revelação. Além disso, há completo acordo e harmonia até nos mínimos detalhes (*in minutissimis*) das doutrinas das Escrituras.**[7]** Se vier a parecer que a Escritura contém contradições, estas contradições podem simplesmente ser resolvidas com uma exegese correta. E não são apenas todos os elementos de doutrina que estão de acordo, mas eles estão em harmonia com toda verdade universal contida na totalidade da filosofia. Não há nada na filosofia que não possa corresponder com o ensino bíblico. Se algo parece ser um erro, isso pode ser resolvido por uma filosofia verdadeira e a reta razão (*recta ratio*).**[8]** Se algo conflita com a Escritura ou com a natureza e for incompreensível, deve necessariamente ser falso.**[9]**

A substância e conteúdo das Escrituras revelam sua divindade, pois as Escrituras descrevem Deus e Cristo, suas naturezas, e o modo como eles têm tratado com a humanidade. Além disso, as Escrituras prescrevem os deveres das pessoas para com seus divinos Benfeitores. O modo no qual *(quomodo)* a Escritura fala do tratamento de Deus com a humanidade é que ele descreve a natureza de Deus de tal maneira que nada estranho a ele *(extraneum)* ou que não esteja de acordo com ele*(conveniens)* é atribuído a ele.**[10]**

Nota do Tradutor: Os significados das abreviações como seguirão nas notas são essas: EP: Examen modestum libelli, quem D. Gulielmus Perkinsus aprime doctus theologus edidit ante aliquot annos de praedistinationis modo et ordine, itemque de amplitudine gratie divinae (em: Arminius, *Opera theologica*); EGT: Arminius, Examen thesium D. Francisci Gomari de Praedestinatione(1645); A31A: Apoligia 31 Articuli (em Arminius, *Opera theologica*); PuD: Disputationes Publicae (em Arminius, *Opera theologica*); OR: Oratio (em Arminius, *Opera theologica*).

Fonte: BOER, William den, *God's Twofold Love: The Theology of Jacob Arminius* (1559-1609), Ed. Vandenhoeck & Ruprecht, 2010, pgs. 72-74.

Tradução: Douglas Ferreira da Silva

Revisão: Paulo Cesar Antunes

[1] EP 635 (III267). Cf. A31A 176-177 (II 51-52): "sed videant fratres mei ne ipsi faciant iniuriam iustitiae divinae, illi tribuendo quod ipsa respuit". Veja também ETG 107-108 (III 616): "Quis ita erit absurdus ET infulsus, qui ignoret Deum, cujus voluntas nunquam est injusta, facere posse jure de suo quidquid voluerit? At vero sub isto praetextu on licet nobis qudvis ex cérebro nostro confingere, et hoc ipsum juri et voluntati Dei subjicere. Multa enim confingere nos possumus secundum vanitatem mentis nostrae, quae Deus de suis creaturis nec facere velit, nec facere possit, nec valle possit, nec posse velit; quale est immeritum reprobare ad mortem aeternam."
[2] EP 636 (III 270).
[3] EP 637-638 (III 272-273).
[4] EP 700 (III 368): "Sed videndum na et quo modo Deus aliquid decernat. Fieri enim nequit ut ipius decreta cum iustitia ipsius nobis in Scripturis patefacta pugnent: quare sciendum est non sufficere ad culpam a decreto quod nos Deo ascribimus, auferendam, si addemus decrevisse sed iuste: non enim vocis istius additio iustum facit decretum, sed commonstrandum id quod Deo tribuimus decretum, reverá ipsi convenire, et Tum de iustitia nulla erit quaestio".
[5] Arminius aborda um argumento de dúvida, e aponta para a inadequação de nosso limitado entendimento para determinar a graça e a justiça de Deus. A Palavra nos faz sábios. "Nam de iustitiae et misericordie divinae rationibus, non ex modulo ingenii aut adfectus nostri est statuendum, sed Deo istarum suarum proprietatum et libera administratio, et iusta dfencio reliquenda." [...] "Nobis ex verbo ipsius sapiendum est." OR 38 (I 342).
[6] Cf. *Verklaring*, 122 (I 695), onde Arminius diz que Deus e a essência divina não diferem essencialmente, mas que ainda assim nem tudo que pode ser declarado de Deus pode ser declarado da essência divina, "om datse onderscheyden zijn na onse begrijp, na het welcke alle manieren van spreken moeten gericht zijn, alsose daerom gebryckt worden, omdat dat wy daer deur yests verstaen zouden." Cf. PuD IX (II 163).
[7] OR 62 (I 385).
[8] OR 62 (I386).
[9] ETG 45 (III 563): "Iam vero quod decretum praedistiantionis, prius fit ordine quam decretum creationis, probandum esset authori, quod facere non potest, quia Scripturis est contrarium, rerum naturae contraveniens, et incomprehensibile, itaque necessário falsum."
[10] OR 61 (I 383): "At quomodo in istis rebus tractandis versatur? Naturam Dei ita explicat, ut nihil illi tribuat extraneum, nihil non tribuat illi conveniens".